



RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELUCI - ITEM 3.2.2 - ANEXO III - IN 68/2020

Exercício 2023



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES
Controladoria Geral do Município

Dorlei Fontão da Cruz

Prefeito Municipal

José Tadeu da Silva

Secretário Municipal de Segurança Pública

Edilene Paz dos Santos

Controladora Geral do Município



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO | 4 |
| 2. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL..... | 5 |
| 3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 7 |
| 4. ITEM 3.2.2, DO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/202011 | 11 |
| 5. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1 | 14 |
| 5.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS | 14 |
| 5.1.1 Itens de Abordagem Prioritária | 14 |
| 1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA | 15 |
| 1.3 GESTÃO PATRIMONIAL | 16 |
| 5.1.2 Itens de Abordagem Complementar..... | 18 |
| 2.6 DEMAIS ATOS DE GESTÃO | 19 |
| 6. PARECER CONCLUSIVO | 21 |



1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na IN 68/2020 do TCEES e artigos 70 e 74, da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2023 das Contas da Secretaria Municipal de Segurança Pública do Município de Presidente Kennedy.

O presente relatório compõe a Prestação de Conta do Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Segurança Pública do Município de Presidente Kennedy, Sr. José Tadeu da Silva, relativo ao exercício financeiro de 2023, conforme estabelece a Instrução Normativa nº. 068/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e suas alterações.

Informamos que os Peças da PCA foram enviadas para esta Controladoria Geral em 31/01/2024, posteriormente solicitado documentações através do Ofício CGM/PK nº 0419/2023; CGM/PK nº 033/2024; Ofício CGM/PK nº 014/2024.

Os trabalhos foram realizados pela Controladora Geral, sendo auxiliada pela servidora Elizaura Barcelos Matias da Silva, servidora ocupante do cargo efetivo de auxiliar administrativo, ocupante do cargo em comissão de Coordenador da Controladoria Geral, e que possui formação em Contabilidade, com registro no CRC sob o número ES 017.205-O3, a qual foi designada para auxiliar nos trabalhos de análise das demonstrações contábeis, a fim de subsidiar a emissão de Relatório e Parecer Conclusivo do órgão central do Sistema de Controle Interno.



2. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL

A Controladoria Geral possui a atribuição de promover o Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, cumprindo com suas atribuições legais e constitucionais que, dentre as quais, destaca-se promover efetividade, economicidade e regularidade à gestão municipal.

Ademais, são considerados elementos integrantes da ação do Controle Interno o planejamento de organização, a proteção do patrimônio, a exatidão e fidedignidade dos dados contábeis e a eficiência operacional.

Nesse sentido, compete ao Controle Interno Municipal a missão de proteger o patrimônio público através do auxílio e orientação quanto à elaboração de instruções normativas que objetivem estabelecer padrões procedimentais no âmbito administrativo, assegurando o cumprimento das normas internas, das leis municipais e da legislação federal.

Além disso, é atribuição da Unidade Central de Controle Interno a realização de auditorias nas mais diversas áreas de atuação da gestão pública (no âmbito dos processos administrativos de todas as Secretarias e Câmara Municipal), as quais são destinadas a fiscalização preventiva e corretiva dos recursos municipais, de modo a avaliar e orientar os Gestores e ao Chefe do Poder Executivo acerca do cumprimento das metas fiscais e índices constitucionais, evitando, assim, que eventuais falhas na execução orçamentária e financeira possam resultar em penalização administrativa, civil ou criminal aos Gestores.

Importa registrar que a institucionalização e implementação do “Sistema de Controle Interno” não se trata apenas de exigência da Constituição Federal e Estadual, mas também consiste na necessidade crescente de dotar os Município de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das determinações legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

dos recursos públicos, proporcionando, assim, maior transparência e tranquilidade aos atos de seus gestores¹.

Isto posto, o Município de Presidente Kennedy através da **Lei Municipal nº 1.076/2013**, alterada pela Lei Municipal nº 1.169/2015 e regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 008/2017**, definiu as atribuições da Controladoria Geral, previstas no artigo 5º da norma legal.

Assim, além das atribuições prevista em lei, à Controladoria Geral do Município compete prestar consultoria e assessoramento às Secretarias, à Prefeita Municipal e à Câmara Municipal, sempre que solicitado, visando contribuir para a maximização dos resultados na gestão.

¹ GLOCK, José Osvaldo. Guia para implantação do sistema de controle interno nos municípios. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011, p. 14.



3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Atualmente a Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy é classificada como “órgão de administração superior” (Art. 9º, I, d, da Lei Municipal nº 1.040/2012) e está instalada no primeiro andar do Palácio Municipal, situado na Sede do Município.

Quanto à estrutura física registramos que a Controladoria Geral do Município possui bens móveis novos. No que se refere aos recursos tecnológicos, informamos que constam instalados 05 (cinco) computadores no setor que visa auxiliar os trabalhos.

Já no que concerne ao quadro de pessoal lotado na Controladoria Geral, esclarecemos que atualmente a Controladora Geral, foi nomeada em 27 de setembro de 2018, por meio do Decreto 058/2018.

E através Ofício CGM/PK nº 202/2019, Processo nº 023.300/2019, a Controladora Geral pretendeu a reformulação da estrutura da Controladoria Geral Municipal, em que resultaria na criação de cargos específicos direcionados a atuação do órgão de controle e, em 14 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 1.583/2022, que institui a seguinte estrutura Administrativa da Controladoria Geral:

I - Controladoria Geral do Município (CGM);

- a) Coordenação da Controladoria Geral;
- b) Assessoria da Controladoria Geral;
- c) Departamento de Controle Interno (DCI);
- d) Departamento de Auditoria Interna (DAI).
- e) Departamento de Transparência e acesso a informação (DTI).

II - Ouvidoria Municipal;

No início do ano de 2022, foi realocada uma servidora efetiva para auxiliar os trabalhos da Controladoria, sendo a Controladoria Geral Municipal composta atualmente por 04 servidores, sendo que um deste é efetivo, a saber: a Controladora Geral do Município, a Coordenadora da Controladoria Geral, servidora nomeada pelo Decreto Municipal nº 90/2022, datado de 06/07/2022, a Assessoria da Controladoria, servidor nomeado pelo Decreto Municipal nº 89/2022,



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

datado de 06/07/2022, o Departamento de Auditoria Interna, servidora nomeado pelo Decreto Municipal nº 88/2022, datado de 06/07/2022.

Informamos ainda, que a execução das atividades da Controladoria Geral Municipal no exercício 2023, aprovadas pelo Plano Anual de Auditoria Interna, através do Decreto Municipal nº 012/2022, inicialmente foram as de realizar auditoria em 05 áreas distintas, a saber: 1) Avaliar o cumprimento das Instruções Normativas pela Câmara Municipal de Presidente Kennedy; 2) Avaliar o plano de imunização do Município de Presidente Kennedy/ES; 3) Avaliar as normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES; 4) Avaliar cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de Administração e Recursos Humanos e pontos de controle relativos a prestação de contas – prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES; 5) Realizar o monitoramento das recomendações propostas na auditoria temática das receitas do Municipal de Presidente Kennedy/ES, 6) Realizar o monitoramento das recomendações e ajustes nas normas que compõe o sistema de controle interno do Município de Presidente Kennedy/ES, 7) Realizar o monitoramento da implantação do sistema de único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle e 8) Realizar o monitoramento das recomendações auditoria do transporte escolar no município de Presidente Kennedy/ES.

Entretanto, diante dos fatos supervenientes, inesperados e não planejados, em razão das atribuições legais conferidas a esta **Controladoria Geral do Município – CGM**, nos moldes do art. 5º, da Lei Municipal nº 1.076/2013, atendeu a demandas de processos advindos dos órgãos externos (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, Ministério Público do Estado do Espírito Santo), sendo então computadas 59 processos oriundos do Tribunal de Contas, 02 fiscalizações relativas ao Portal da Transparência (01 provenientes do TCEES e uma da Transparência Capixaba), 01 diligência oriunda do TCEES no qual solicitou várias cópias de documentos e processos de pagamento, 02 demandas da Ouvidoria do TCEES, 02 Ouvidoria da PMPK, 01 questionário da Confederação Nacional dos Municípios, no qual este



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Órgão de Controle Interno atuou através de diligências, apuração, análise e manifestação, o que demandou tempo para sua instrução.

A Controladoria Geral do Município, também direcionou suas atividades a atendimentos de demandas que foram surgindo no curso do exercício, tais como assessoramento e Análises Técnicas encaminhadas por gestores, Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento e reformulação do Portal Transparência, dentre outros.

Ainda, a Controladoria Geral do Município realizou a análise técnica em 23 processos administrativos, embora à análise técnica não tenha o alcance de auditoria, procedemos com as devidas orientações no intuito de prevenir os atos administrativos e alcançar as melhores práticas administrativas na execução/gestão dos contratos.

Desta forma, a Controladoria Geral deixou de executar 02 ações planejadas, dada sua impossibilidade de execução por forçadas circunstâncias impostas alheias à sua capacidade de planejamento e previsibilidade.

Deste modo, as auditorias e monitoramentos que foram realizadas, visaram mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, além de verificar os cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal, restando a esta Controladoria Geral Municipal iniciar as seguintes auditorias:

- **Auditoria para avaliar cumprimento das normativas e do gasto com concessão diárias aos servidores do município de Presidente Kennedy (Executivo), ainda em fase de execução;**
- **Auditoria para avaliar o plano de imunização do Município de Presidente Kennedy/ES, ainda em fase de execução;**
- **Avaliar as normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES;**
- **Avaliar cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de Administração e Recursos Humanos e pontos de controle relativos**



a prestação de contas – prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES;

- **Monitoramento das recomendações propostas na auditoria temática das receitas do Municipal de Presidente Kennedy;**
- **Monitoramento das alterações e ajustes nas normas que compõe o sistema de controle interno do Municipal de Presidente Kennedy;**
- **Monitoramento na implantação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC do Município de Presidente Kennedy; e**
- **Monitoramento dos Levantamentos e seus resultados realizados pelo Tribunal de Contas do Estado no ano de 2023.**

4. ITEM 3.2.2, DO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/2020

Observando o que dispõe o Art. 74, da Constituição Federal, bem como o que dispõe o Art. 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício de 2023 diversos procedimentos de controle conforme consta do Plano Anual de Auditoria e também outras ações institucionais não planejadas.

Segue abaixo os pontos de controle constantes da Tabela Referencial 1 que foram apreciados pela Controladoria Geral nas Contas da Secretaria Municipal de Segurança Pública do Município de Presidente Kennedy.

CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PRESIDENTE KENNEDY

| 1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA | | | | | |
|---|---|---|---|---|----------------------------------|
| 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária. | | | | | |
| Código | Ponto de Controle | Base legal | Tipo de procedimento sugerido | Procedimento | Aplicável à |
| 1.1.2 | Despesa – realização sem prévio empenho | Lei 4.320/1964, art. 60. | Auditoria Governamental de conformidade | Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. | Contas de Gestão (Todas as UG's) |
| 1.2. Gestão Previdenciária | | | | | |
| Código | Ponto de Controle | Base legal | Tipo de procedimento sugerido | Procedimento | Aplicável à |
| 1.2.2 | Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal | CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência a | Análise documental; revisão analítica. | Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano | Contas de Gestão (Todas as UG's) |

| | | | | | |
|-------|---|---|--|--|----------------------------------|
| | | | | de amortização do déficit atuarial. | |
| 1.2.4 | Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor | CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local | Análise documental; revisão analítica; conciliação | Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.. | Contas de Gestão (Todas as UG's) |

1.3. Gestão Patrimonial

| Código | Ponto de Controle | Base legal | Tipo de procedimento sugerido | Procedimento | Aplicável à |
|--------|--|--|--|---|----------------------------------|
| 1.3.1 | Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário. | Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18 | Exame de registros auxiliares | Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações. | Contas de Gestão (Todas as UG's) |
| 1.3.3 | Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88. | Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais. | Contas de Gestão (Todas as UG's) |

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

| Código | Ponto de Controle | Base legal | Tipo de procedimento sugerido | Procedimento | Aplicável à |
|--------|----------------------|--------------------------|---|---|----------------------------------|
| 2.2.31 | Despesa – liquidação | Lei 4.320/1964, art. 63. | Auditoria Governamental de conformidade | Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo | Contas de Gestão (Todas as UG's) |

| | | | | 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas | |
|-----------------------------------|---|------------------------------|---|---|----------------------------------|
| 2.6. Demais atos de gestão | | | | | |
| Código | Ponto de Controle | Base legal | Tipo de procedimento sugerido | Procedimento | Aplicável à |
| 2.6.3 | Pessoal – contratação por tempo determinado | CRFB/88, art. 37, inciso IX. | Conformidade (Verificação documental) | Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público. | Contas de Gestão (Todas as UG's) |
| 2.6.4 | Pessoal – teto | CRFB/88, art. 37, inciso XI. | Auditoria governamental de conformidade | Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. | Contas de Gestão (Todas as UG's) |

5. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1

Registramos que a análise das Contas da Secretaria Municipal de Segurança Pública do Município de Presidente Kennedy fundamentou-se na Tabela 01 constantes do Anexo III, da Instrução Normativa TC nº 068/2020, na qual contém os pontos de controle que devem ser apreciados pela Controladoria Geral.

Importa mencionar, que foi editado no Município de Presidente Kennedy o **Decreto nº 059/2023** que dispõe regras acerca do encerramento do exercício de 2023 e em seu Anexo Único, sistematizou todos os prazos para encaminhamento das informações necessárias para elaboração da Prestação de Contas do exercício.

5.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS

5.1.1 Itens de Abordagem Prioritária

1.1 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

| Item 1.1.2 | | | |
|---|-----------------------------|---|---|
| Despesa – realização sem prévio empenho | Lei 4.320/1964, art. 60. | Auditoria Governamental de conformidade | Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. |

Em análise ao Item 1.1.2, informamos que após a conferência dos processos selecionados por amostragem e solicitados a Secretaria Municipal de Segurança Pública, através do Ofício CGM/PK nº 014/2024, verificou-se que não foram realizadas despesas sem a emissão de prévio empenho, uma vez que forma analisados os seguintes processos:

Tabela 01 – Processos Selecionados

| Beneficiário | Processo | Nº do Empenho |
|--|-------------|---------------|
| J D DA COSTA | 25.499/2022 | 0000111/2023 |
| SANTA HELENA ENGENHARIA E PAISAGISMO EIRELI – EPP | 4.383/2023 | 0000011/2023 |

| | | |
|---|-------------|--------------|
| MUNDIAL SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI | 4.354/2023 | 0000003/2023 |
| KONEKT TELECOMUNICAÇÕES E SEGURANÇA LIMITDA | 28.257/2023 | 0000128/2023 |
| BRASIL RADIOWARE LTDA | 37.452/2023 | 0000173/2023 |
| STRONGER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA | 8.144/2023 | 0000087/2023 |
| STRONGER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA | 15.189/2023 | 0000138/2023 |
| AZIZ INFORMATICA LTDA – ME | 786/2022 | 0000015/2023 |

1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

| Item 1.2.2 | | | |
|---|---|---|---|
| Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal | <ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local Regime de competência | Análise documental ; revisão analítica. | Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial. |

Quanto ao Item 1.2.2, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2023 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Patronal da Despesa Liquidada e efetivamente recolhida no exercício, Balancete de Verificação e Balancete Analítico da Despesa Orçamentária, todos emitidos pela Contabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Presidente Kennedy, e verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

| Item 1.2.4 | | | |
|--|---|--|---|
| Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor | <ul style="list-style-type: none"> CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local | Análise documental; revisão analítica; conciliação | Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência. |

Em análise ao Item 1.2.4, informamos que após a conferência nos Relatórios e Balancetes e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores recolhidos no Exercício e

Balancete de Verificação, todos emitidos pela Contabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Presidente Kennedy, e verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

1.3 GESTÃO PATRIMONIAL

| Item 1.3.1 | | | | |
|--|---|-------------------------------|---|--|
| Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário. | Lei .320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18 | Exame de registros auxiliares | Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações. | |

A despeito do Item 1.3.1 registramos que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais.

O **valor dos bens moveis** constante no Balanço Patrimonial é de **R\$ 794.868,51** (setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos), e ao confrontamos com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis** verifica-se ambos são compatíveis, vez que também se identifica o valor de **R\$ 794.868,51**.

De igual modo, o **valor total dos bens imóvel** constante do **Balanço Patrimonial** é de **R\$ 3.109.224,73** (três milhões, cento e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), e o valor de **bens imóveis** inseridos no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Imóveis** é idêntico ao valor descrito no Balanço Patrimonial, qual seja, **R\$ 3.109.224,73**, demonstrando que ambos são compatíveis e que os bens em estoque estão evidenciados em sua integralidade.

O **valor dos bens em estoque** constante no Balanço Patrimonial é de **R\$ 7.459,94** (sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos), e ao confrontamos com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens**

Patrimoniais em Estoque verifica-se ambos são compatíveis, vez que também se identifica o valor de **R\$ 7.459,94**.

O **valor dos bens Intangíveis** constante no Balanço Patrimonial é de **R\$ 2.280,00** (dois mil, duzentos e oitenta reais), e ao confrontamos com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Intangíveis** verifica-se ambos são compatíveis, vez que também se identifica o valor de **R\$ 2.280,00**.

Ademais, evidenciou-se que os valores apurados dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis constantes no Balanço Patrimonial e Inventário Anual estão em consonância aos valores apurado e descrito no Termo Circunstanciado de Bens Móveis e Termo Circunstanciado de Bens Imóveis, elaborados pela Comissão Permanente de Patrimônio, nomeada através do Decreto Municipal nº 024/2022.

Tabela 1

Estoques, Imobilizados e intangíveis **Em R\$ 1,00**

| Descrição | Balanço Patrimonial | Inventário | Diferença |
|------------------|---------------------|------------------|-------------|
| | (a) | (b) | (a-b) |
| Estoques | R\$ 7.459,94 | R\$ 7.459,94 | 0,00 |
| Bens Móveis | R\$ 794.868,51 | R\$ 794.868,51 | 0,00 |
| Bens Imóveis | R\$ 3.109.224,73 | R\$ 3.109.224,73 | 0,00 |
| Bens Intangíveis | R\$ 2.280,00 | R\$ 2.280,00 | 0,00 |

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, conforme tabela acima.

| Item 1.3.3 | | | |
|--|--|--|--|
| Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88. | Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais. |

As disponibilidades financeiras foram depositadas em diversas contas bancárias, sendo no Banco do Brasil e Banco Banestes (conta corrente e aplicação financeira), que são instituições financeiras oficiais, conforme demonstrado no

Termo de Verificação das Disponibilidades do exercício de 2023, anexado à documentação emitida pela Divisão de Contabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Informamos, ainda, que tal verificação também se observa através das manifestações à esta Controladoria Geral em resposta ao Ofício CGM/PK nº 400/2023, Ofício CGM/PK nº 401/2023 Ofício CGM/PK nº 402/2023, Ofício CGM/PK nº 403/2023, enviados ao Banco Brasil, Caixa Econômica, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL), e ao Banco do Banestes, respectivamente.

Sendo que nas respostas recebidas por esta Controladoria, evidenciou-se que apenas o Banco do Brasil e Banestes, possuíam conta da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

5.1.2 Itens de Abordagem Complementar

2.2 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

| Item 2.2.31 | | | |
|----------------------|--------------------------|--|---|
| Despesa – liquidação | Lei 4.320/1964, art. 63. | Auditoria Governamenta l de conformidade | Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas. |

A despeito do item 2.2.31, informamos que NÃO houve a realização de pagamento sem liquidação, sendo os processos de pagamentos da Secretaria Municipal de Segurança Pública do Município de Presidente Kennedy realizados nos moldes do artigo 63 da Lei 4.320/1964, já que analisamos por amostragem 08 (oito) processos de pagamentos, da relação empenhos no exercício de 2023 emitida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, solicitados através do Ofício CGM/PK nº 014/2024, constantes no processo de nº 255/2024, constantes no processo de nº 000255/2024 disponibilizados.

Desta forma, através da disponibilidade dos processos mencionados, restou constatado que o diploma legal foi cumprido, conforme tabela a seguir:

Tabela 04 – Processos Selecionados

| Nº PROCESSO | Nº DE EMPENHO | Nº DE LIQUIDAÇÃO | Nº DE PAGAMENTO |
|-------------|-------------------------------|-------------------------------|---|
| 10.962/2023 | 0000111/2023 | 0000138/2023 | 0000219/2023 |
| 4.383/2023 | 0000011/2023; 0000020/2023 | 0000046/2023; 0000047/2023 | 000047/2023; 0000048/2023; 0000049/2023 |
| 4.354/2023 | 0000003/2023 | 000059/2023 | 0000085/2023; 0000086/2023; 0000087/2023; 0000088/2023 |
| 28.257/2023 | 0000128/2023 | 0000327/2023 | 0000549/2023; 0000550/2023 |
| 37.452/2023 | 0000173/2023 | 0000447/2023 | 0000738/2023; 000739/2023 |
| 9.145/2023 | 0000087/2023 | 0000069/2023 | 0000110/2023; 0000111/2023; 0000112/2023; 0000166/2023 |
| 20.818/2023 | 0000138/2023 | 0000232/2023 | 0000380/2023; 0000381/2023; 0000382/2023; 0000434/2023 |
| 7.303/2023 | 0000026/2023 | 0000071/2023 | 0000114/2023 |
| 6.048/2023 | 0000015/2023 | 0000049/2023 | 0000089/2023; 0000090/2023 |

Desta forma, restou demonstrado o cumprimento das normas a regular liquidação das despesas.

2.6 DEMAIS ATOS DE GESTÃO

| Item 2.6.3 | | | |
|---|------------------------------|---------------------------------------|---|
| Pessoal – contratação por tempo determinado | CRFB/88, art. 37, inciso IX. | Conformidade (Verificação documental) | Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público. |

No que se refere ao item 2.6.3 informamos que foram feitos levantamentos nos arquivos de todas as leis que dispõem sobre as contratações por tempo determinado pertinentes à Secretaria Municipal de Segurança Pública e registramos a publicação da Lei Municipal nº 11.072, de 14 de fevereiro de 2013, Lei nº 1.526, de Lei nº 1.540, de 09 de setembro de 2021, que estabeleceu regras específicas de contratação temporária para atender excepcional o interesse público da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Assim, em análise a legislação, evidenciou-se tratar de norma específica e pontual, e destinada a atender demandas exclusivas da Secretaria Municipal de Segurança Pública, que prescinde dessa contratação para dar continuidade à prestação dos serviços públicos essenciais aos munícipes. Portanto, verifica-se que a Lei Municipal nº 11.072, de 14 de fevereiro de 2013, Lei nº 1.526, de Lei nº 1.540, de 09 de setembro de 2021, atendem o que determina o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal.

| Item 2.6.4 | | | |
|-------------------|------------------------------|---|---|
| Pessoal – teto | CRFB/88, art. 37, inciso XI. | Auditoria governamental de conformidade | Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |

A despeito do teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Segurança Pública, quanto ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 15.100,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.052/2012), evidenciou-se cumprindo, portanto, o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88, e conforme informação foi aplicado o redutor nos casos necessários.

6. PARECER CONCLUSIVO

Examinamos a Prestação de Contas Anual da Fundo Municipal de Segurança Pública, elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Tadeu da Silva, Secretário Municipal de Segurança Pública de Presidente Kennedy, relativa ao **exercício de 2023**.

Inicialmente, em face aos pontos de controle analisados por esta Controladoria Geral das Contas da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Presidente Kennedy delimitados neste documento, resguardado o escopo e limitações de auditoria, conforme elencados no item 3 deste relatório, **não constatamos nenhuma irregularidade que requeira recomendações de conduta e/ou atuação do Gestor**, sendo que os esclarecimentos necessários quanto aos pontos de controle analisados já foram devidamente explicitados no Capítulo 5.

Registramos oportunamente que **todos** os documentos mencionados **neste Relatório** constam arquivados na Controladoria Geral e estão à disposição deste Tribunal de Contas para quaisquer avaliações e verificações.

Outrossim, cumpre-nos destacar que **tendo em vista a limitação de habilitação profissional/competência técnica contábil desta Controladora Geral, que é graduada em Direito, houve a indicação de profissional de contabilidade para auxiliar na análise das demonstrações contábeis, conforme descrito no Capítulo 1 deste relatório.**

Isto posto, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e elencados pontualmente no Capítulo 5, esta Controladoria Geral emite opinião de que peças que integram a Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2023 encontra-se **REGULAR** e em condições de ser encaminhada aos Órgãos de Controle Eterno para análise e julgamento.

Presidente Kennedy, 12 de março de 2024.

EDILENE PAZ DOS SANTOS
CONTROLADORA GERAL